

Dedos sujos de quê?

No último dia 3 de junho, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso sobre a relação entre os agrocombustíveis e a alta dos preços dos alimentos, na cúpula da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). No discurso, Lula disse que os dedos que apontam contra etanol estão sujos de óleo e carvão.

Entretanto, a discussão sobre a crise mundial dos alimentos perdeu seu foco. É preciso que se traga a questão da fome novamente para o centro do debate. O mais importante é que o governo brasileiro impeça que o dedo que produz etanol esteja sujo com trabalho escravo e degradação ambiental. É surpreendente que um governo que obteve sucesso no combate à fome, por meio de um programa de políticas públicas, se encante com a política de uma nota só que é esta em torno da produção de agrocombustíveis. Não se combate a fome com etanol, mas sim com políticas públicas.

É possível estar de acordo com a posição do presidente de que a inflação dos alimentos não é causada por apenas um fator, mas por vários entre os quais a alta do petróleo, as mudanças cambiais, a especulação dos mercados financeiros, a queda nos estoques mundiais, o aumento do consumo em países em desenvolvimento, as políticas protecionistas dos países ricos como também o corte nos investimentos na produção de alimentos. Também é possível que se concorde que não se pode produzir agrocombustíveis a partir de alimentos, como é o caso do milho nos USA, da beterraba e canola na Europa ou da soja no Brasil.

Mas é preciso que se saia da retórica e para o campo das medidas concretas. Como evitar que a produção de agrocombustíveis desloque a produção de alimentos? O mais comum é que quando uma cultura é mais lucrativa os produtores tendam a substituir o que estão plantando pelo produto que dá mais dinheiro. Principalmente quando essa produção é incentivada pelo crédito governamental e privado. Assim, a questão é saber que medidas concretas em termos de regulação do crédito, de infra-estrutura, e de incentivos o governo vai adotar para que Brasil não corra o risco de vir a substituir alimentos por cana-de-açúcar para etanol.

Deve-se ter cuidado para que os dedos que produzem agrocombustível a partir da cana não estejam sujos das marcas do trabalho escravo e da degradação ambiental. A produção de etanol a partir da cana-de-açúcar provoca danos sociais e ambientais sérios, com reflexos, mesmo que indiretos, na segurança alimentar e nutricional da população pobre. É preciso restringir a expansão da produção da cana para as áreas de produção de alimentos como também garantir que a produção se ajuste aos critérios ambientais já existentes e que produza empregos de melhor qualidade.

Uma saída para esses ajustes fundamentais na produção é a proposta do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA. O conselho propõe estabelecer uma efetiva regulação sobre a expansão das monoculturas, com atenção sobre àquelas dirigidas para a produção de agrocombustíveis. E ainda vedando-se o financiamento público àquelas cuja expansão se dá sobre áreas de produção de alimentos ou mesmo provoca o deslocamento de outras culturas para áreas de produção de alimentos ou de preservação florestal.

Por outro lado, não se pode fechar as portas para os agrocombustíveis, já que são uma provável alternativa para atender a demanda local por energia. É preciso que se diferencie agrocombustíveis produzidos pelo agronegócio - grande monocultura voltada para a exportação – do que os agricultores familiares já estão produzindo ou possam vir a produzir. A produção de agrocombustível por agricultores familiares para uso local, para atender a própria demanda ou a demanda regional por energia, é uma alternativa importante, tanto do ponto de vista da geração de renda, quanto de economia de produção de CO₂ em nível global. Ainda assim é preciso evitar que a produção voltada para agrocombustíveis substitua a produção de alimentos.

A ActionAid, organização mundial que atua há 35 anos na luta contra a pobreza e a fome em mais de 47 países, defende uma moratória efetiva de cinco anos no uso de produtos alimentícios para a produção de agrocombustíveis e na expansão da cana-de-açúcar em terras que estão produzindo alimentos ou que são propícias para essa produção.

Adriano Campolina
Diretor executivo da ActionAid Américas

